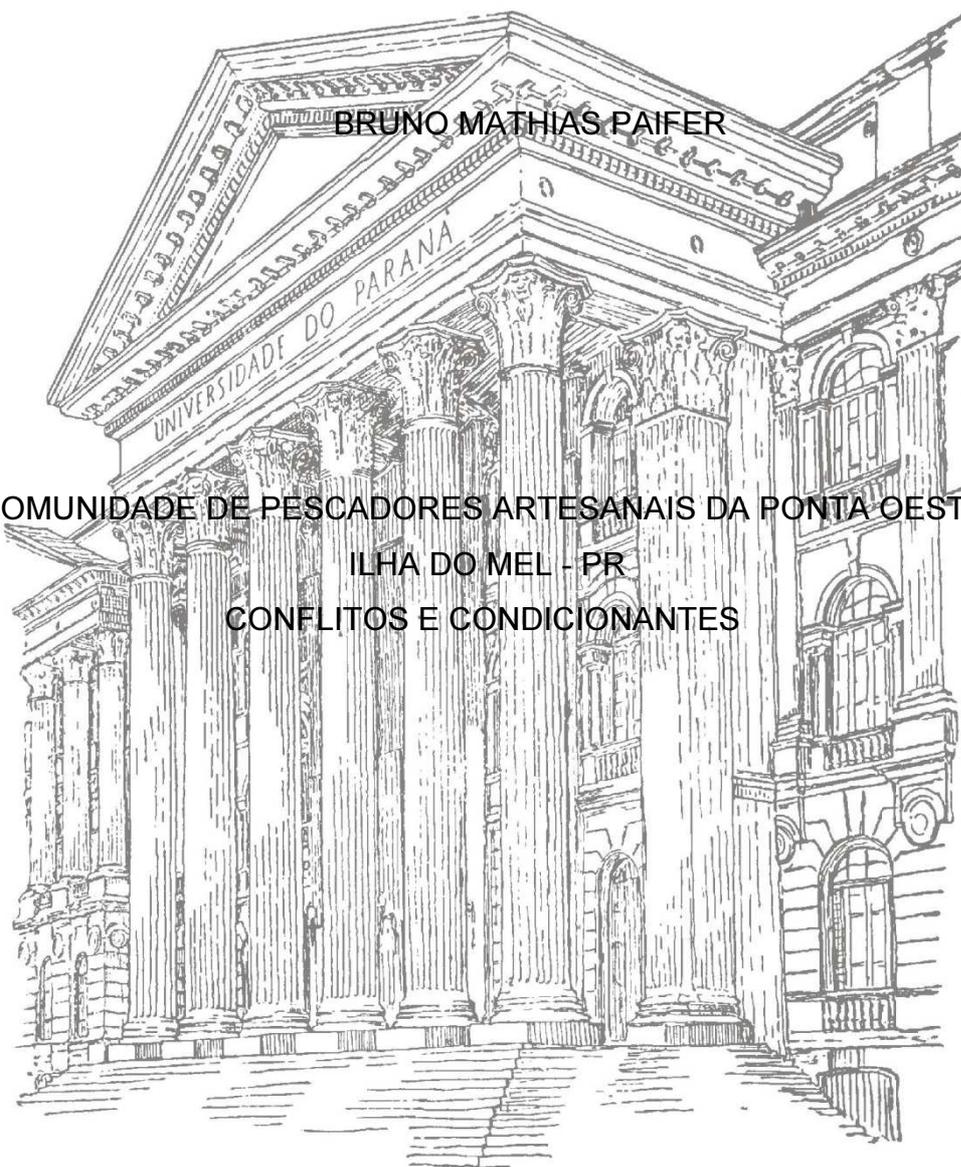


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL

BRUNO MATHIAS PAIFER

COMUNIDADE DE PESCADORES ARTESANAIS DA PONTA OESTE
ILHA DO MEL - PR
CONFLITOS E CONDICIONANTES



MATINHOS

2013

BRUNO MATHIAS PAIFER

COMUNIDADE DE PESCADORES ARTESANAIS DA PONTA OESTE
ILHA DO MEL - PR
CONFLITOS E CONDICIONANTES

Trabalho apresentado como requisito parcial à
conclusão do Curso de Graduação em Gestão
Ambiental do Setor Litoral da Universidade
Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Rangel Angelotti

MATINHOS

2013

Dedico a todos
que contribuíram de forma direta
e indireta com meu aprendizado.

AGRADECIMENTO

É difícil lembrar o nome de todo mundo que fez parte do meu processo de aprendizado e que contribuiu em minhas pesquisas. Agradeço primeiramente nesse espaço aos meus pais Adalberto e Jurema, pois sem a motivação deles não poderia estar aqui.

Agradeço ao Professor Rangel Angelotti meu mediador pelas orientações, puxões de orelha e contribuição no aprendizado.

A professora Lene Komarcheski e ao professor Marcos Vasconcellos Gernet ao qual também fizeram parte desse aprendizado sanando dúvidas e me orientando em alguns encontros.

Aos meus amigos do curso de Gestão Ambiental e aos parceiros intitulados “Irmãos Villas Boas”.

A minha avó, moradora e nativa da Ponta Oeste sendo o foco central e que me motivou a escolher a área de estudo.

Ao Programa de Extensão Farinheiras no Litoral do Paraná, sob Coordenação do professor Doutor Valdir Denardin, ao qual proporcionou uma vivência nas comunidades tradicionais farinheiras conhecendo um pouco da realidade local, especialmente na região de Guaraqueçaba.

Enfim, a toda família UFPR Litoral.

“Você pode dizer que sou um sonhador,
mas não sou o único
espero que um dia você se junte a nós
e o mundo será como um só”.

John Lennon

RESUMO

As dificuldades enfrentadas pelas comunidades tradicionais são, em sua maioria, relacionadas à questão territorial e espacial. Não diferente desse cenário se encontra a coletividade de pescadores artesanais da Ponta Oeste – Ilha do Mel, PR, inserida numa Unidade de Conservação a qual por anos tem sofrido mudanças em suas vidas, somadas aos diversos usos do solo que a região do litoral dispõe. As leis ambientais ao mesmo tempo em que beneficiam o desenvolvimento econômico e a conservação de ecossistemas dificultam a qualidade de vida dos moradores, pondo-os a margem da exclusão social. Nesse sentido, pode-se verificar através dos estudos que as organizações de lutas sociais e a realização de encontros com outras comunidades têm contribuído no processo de conhecimentos de realidades de conflitos distintos e aquisição de alguns direitos sociais. Mesmo com os conflitos visíveis, ainda existem potencialidades que contribuem para sua permanência no local. Por final, faz-se uma análise dos conflitos entre os autores envolvidos e da configuração do cenário onde se encontra a comunidade.

Palavras-chave: Ponta Oeste, Comunidade tradicional, Conflito territorial, espacial e potencialidades.

ABSTRACT

The difficulties faced by the traditional communities are mostly related to the territorial issue and space. Not unlike this scenario is the community of fishermen from Ponta Oeste - Ilha do Mel, PR, set in a conservation area which for years has undergone changes in their lives, together with the various land uses that coastal region offers. Environmental laws while enjoying economic development and ecosystem conservation hamper the quality of life of residents, putting the margin of social exclusion. In this sense, it can be seen from the studies that organizations of social struggles and holding meetings with other communities have contributed in the process of knowledge distinct realities of conflict and the acquisition of some social rights. Even with the conflicts visible, there are still potential to contribute to their stay in the place. By the end, it is an analysis of the conflicts between the actors involved and the configuration of the scenario where the community.

Keywords: Ponta Oeste, Traditional Community, Territorial and space conflict.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: O LITORAL DO PARANÁ E SUA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA.....	12
FIGURA 2: MACROZONEAMENTO DA ÁREA DE ESTUDO.....	17
FIGURA 3: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DA PONTA OESTE NA ILHA DO MEL.....	18
Figura 4: COMUNIDADE DE PESCADORES ARTESANAIS DA PONTA OESTE – ILHA DO MEL.....	18
FIGURA 5: EVOLUÇÃO DOS TIPOS DE EMBARCAÇÕES QUE ATRACAM NO PORTO DE PARANAGUÁ AO LONGO DOS ANOS.	21
FIGURA 6: ÁREA DE DESPEJO DA DRAGAGEM.....	23
FIGURA 7: ACIDENTE DO NAVIO VICUNÃ.....	25
FIGURA 8: MAPEAMENTO DAS ÁREAS ATINGIDAS PELO VAZAMENTO DO ÓLEO NA EXPLOSÃO DO NAVIO VICUNÃ, MOSTRANDO A COMUNIDADE DA PONTA OESTE NO PONTO 11A.	26
FIGURA 9: RETIRADA DE MARISCOS PELOS PESCADORES DA PONTA OESTE NO CULTIVO DE OSTRAS.....	35

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: REGISTRO DE PESCADORES POR MUNICÍPIO.....	13
TABELA 2: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL E ESTADUAL 2010.	14
TABELA 3: PESCADORES E ATIVIDADE ECONÔMICA NA ILHA DO MEL.....	16
TABELA 4: TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.....	19

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. METODOLOGIA	11
3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	11
3.1. O LITORAL DO PARANÁ.....	11
3.1.1. O Complexo Estuarino da Baía de Paranaguá – CEP	14
3.1.2. Aspectos climáticos.....	15
3.2. A ILHA DO MEL	15
3.2.1. Geografia e Antecedentes históricos.....	15
3.3. COMUNIDADE DE PESCADORES ARTESANAIS DA PONTA OESTE	17
4. A ATIVIDADE PORTUÁRIA E SEUS IMPACTOS NA PESCA DE SUBSISTÊNCIA	20
4.1. DRAGAGEM.....	22
4.2. ÁGUA DE LASTRO	23
4.3. AMPLIAÇÃO.....	24
4.4. HISTÓRICO DAS POLUIÇÕES PROVOCADAS PELO VAZAMENTO DE PETROLEO NOS ÚLTIMOS ANOS	24
4.5. PROGRAMAS DE CONTENÇÃO DA POLUIÇÃO	27
4.6. FISCALIZAÇÃO.....	27
5. POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DA NATUREZA	27
6. POPULAÇÕES TRADICIONAIS E CONFLITOS SÓCIOAMBIENTAIS	29
7. POTENCIALIDADES	34
8. RESULTADOS E DISCUSSÕES	36
9. CONCLUSÕES	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
ANEXOS	45

1. INTRODUÇÃO

Comunidades tradicionais podem ser definidas como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.(BRASIL, 2007).

De acordo com essa definição, existem no litoral do Paraná muitas comunidades, principalmente na baía de Paranaguá, com modos de vida que podem ser considerados como tradicionais. No levantamento realizado por Andriguetto Filho (1999) o autor identifica 60 comunidades denominadas por ele de “pesqueiras” que apresentam características como as descritas acima.

Uma dessas comunidades é a chamada “Vila da Ponta Oeste” ou “Coroazinha”, assim denominada pela sua localização geográfica na Ilha do Mel.

A grande maioria dos habitantes da Ponta Oeste depende exclusivamente da atividade pesqueira, porém essa nem sempre foi a atividade preponderante. Diversos autores entre eles (ESTADES, 2003, HARDER, 2011) apresentam evidências de que a produção agrícola de subsistência representava até pouco tempo atrás a principal atividade econômica, sendo a pesca um complemento de importância secundária.

De acordo com Franco (2004 *Apud* Fuzetti, 2007), a pesca praticada nos estuários e na plataforma continental é uma atividade importante no contexto econômico, cultural e social no Brasil. Em muitos locais a prática da atividade de pesca artesanal é considerada como uma prática amortecedora, diminuindo a exclusão social onde há existência de corpos de água adequados para tal desempenho, (AGENCIA NACIONAL DE PETRÓLEO. ANP, 2005).

A pesca e outras atividades de extrativismo praticadas por essas populações tradicionais dependem diretamente da qualidade ambiental dos ecossistemas em que estão inseridas.

Segundo FRANCO (2004), nos últimos 30 anos, o litoral paranaense tem sofrido grandes transformações, a partir do avanço do turismo e da urbanização,

processo que afeta principalmente as populações tradicionais que são forçadas a ceder ou compartilhar seu espaço com pessoas de outro universo cultural e social. Além disso, a poluição e degradação dos ecossistemas estuarinos, a intensificação das atividades portuárias e a criação de unidades de conservação afetam diretamente os modos de vida dessas populações.

O Objetivo do presente trabalho é compilar informações que permitam compreender a transformação histórica e cultural da comunidade da Ponta Oeste e identificar as principais dificuldades para manutenção dos modos de vida dos moradores, assim como discutir alternativas que permitam sua reprodução social.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada consistiu em levantamento bibliográfico acerca de aspectos geográficos, históricos, econômicos, sociais e ambientais da área de estudo. Essas informações foram compiladas e analisadas, para se poder ter uma visão do processo histórico recente da comunidade e dos fatores mais relevantes que interferem nas suas práticas tradicionais. Para enriquecer a análise, identificar e compreender as principais dificuldades enfrentadas pela comunidade, também foram realizadas entrevistas abertas com moradores da comunidade e representantes da colônia de pescadores.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

3.1. O LITORAL DO PARANÁ

Localizado entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico, o Litoral do Paraná situa-se entre os estados de São Paulo e Santa Catarina. Possui 55 km de largura e 98 km de extensão. (Figura 1). Apesar de pouco extenso comparado aos demais litorais brasileiros, se considerado as entradas das baías e posta em linha reta ultrapassa os 1675 km além de contar com duas baías a de Guaratuba e a de Paranaguá, aos quais os territórios dos municípios que as compõe, somados dão um total de área de 6.057 km² (NOERNBERG, et al, 2008).

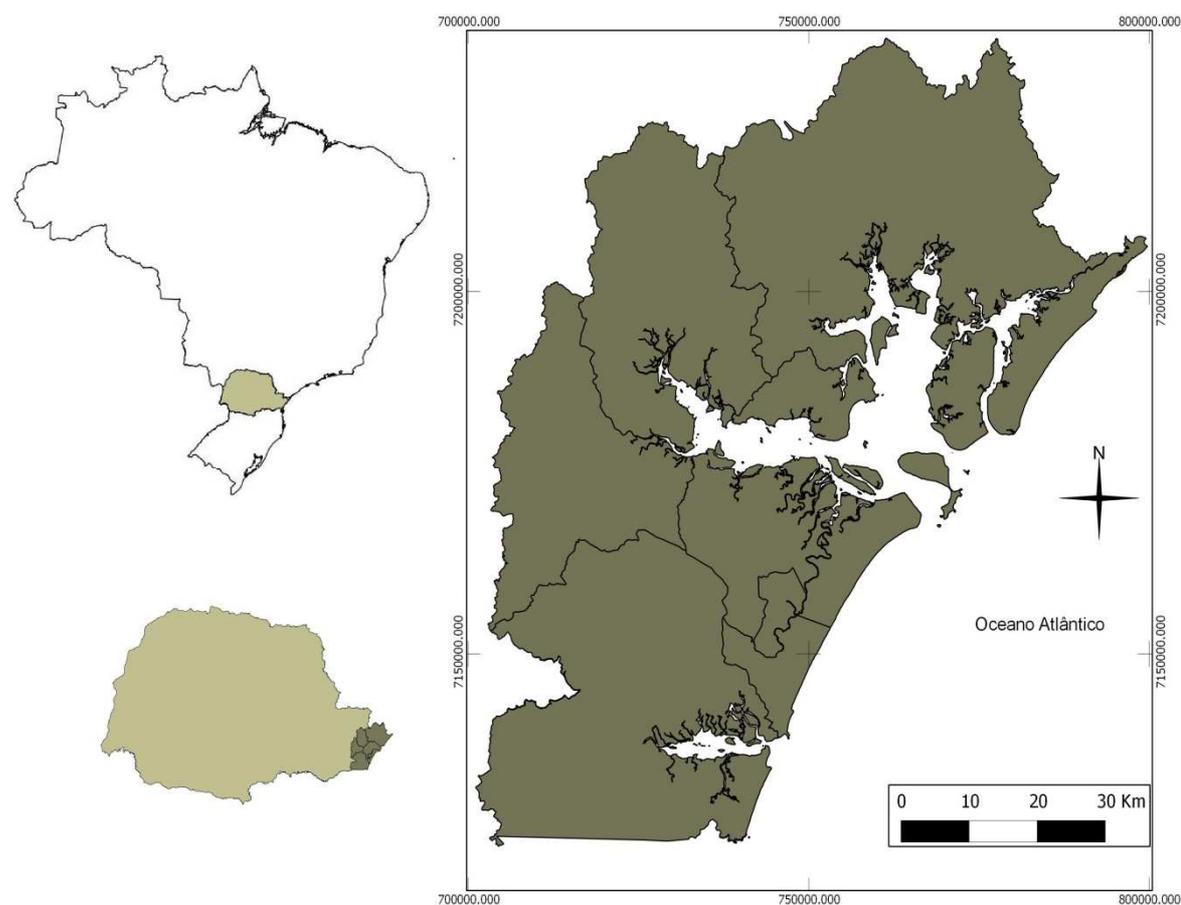


FIGURA 1: O LITORAL DO PARANÁ E SUA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA.

FONTE: O autor com auxílio de um Sistema de Informação Geográfica – SIG, 2013.

O Litoral paranaense faz uma transição entre o ambiente terrestre e o ambiente marinho sendo formado por sete municípios, podendo ser divididos em três grupos, de acordo com suas particularidades históricas e atividades econômicas desenvolvidas: os portuários, Paranaguá e Antonina, sendo o primeiro o maior exportador de grãos da América Latina e o segundo com movimentação de diversas cargas (trigo, exportação de congelados, etc.); os praiano-turísticos, Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba, que dependem economicamente do turismo de veraneio; e os rurais, Morretes e Guaraqueçaba (ESTADES, 2003).

O contexto histórico do Paraná aponta que o estado passou por diversos ciclos econômicos, entre eles a descoberta do ouro de aluvião no litoral, atraindo pessoas de diversas partes e sendo responsável pelo seu povoamento. No século XIX a erva mate foi de grande destaque, cultivado no norte do estado em grande escala, foi considerado por ser um dos maiores ciclos econômicos ao qual teve contribuição pela sua emancipação, pertencente antes a 5ª comarca de São Paulo,

onde este era exportado pelo porto de Paranaguá, Dom Pedro II para os diversos centros comerciais nacionais e internacionais.

A região apresenta uma população aproximada de 204.000 habitantes (IBGE,2010) e a sua economia está baseada nos setores primário e o terciário. A atividade portuária é bastante importante, concentrada nos municípios de Antonina e Paranaguá. Neste último localiza-se o 2º maior porto do país, atrás apenas de Santos, sendo um importante corredor de exportação para todo o mundo. A região conta com expressivo potencial turístico, além da agricultura e da pesca artesanal ou de pequena escala, que apesar de pouca expressividade no cenário econômico nacional comparado com outros estados brasileiros, essa contribuía como importante forma de subsistência.

A pesca tem grande importância na dieta das pessoas. Historicamente era realizada pelas primeiras populações, muito antes da chegada dos portugueses, e podem ser vistos pela quantidade de conchas capturadas e depositadas em sítios arqueológicos ao longo da costa do litoral atestando sua influência na região (DIEGUES 2005; GERNET e BIRCKOLZ 2010). Atualmente a pesca é a atividade principal de aproximadamente 2% da população total do litoral do Paraná (TABELA 1).

TABELA 1: REGISTRO DE PESCADORES POR MUNICÍPIO.

Município	Número de Pescadores	%
Antonina	700	16,5
Guaratuba	900	21
Matinhos	251	5
Pontal do Paraná	365	8,6
Guaraqueçaba	1096	25,6
Paranaguá	1001	23,4
Total	4277	100

FONTE: Mar Brasil; Superintendência do Ministério da Pesca e Aquicultura do Paraná, 2003.

A região apresenta grandes contrastes sociais, como é possível verificar pelo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, dos municípios e da região. Esse índice leva em conta na sua formulação os indicadores de educação, expectativa de vida ao nascer, renda e PIB per capita. (Tabela 2).

TABELA 2: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL E ESTADUAL 2010.

MUNICÍPIOS	IDH-M
Paranaguá	0,750
Matinhos	0,743
Pontal do Paraná	0,738
Guaratuba	0,717
Antonina	0,687
Morretes	0,686
Guaraqueçaba	0,587
Média Regional	0,701
PARANÁ	0,749

FONTE: PNUD, 2013.

3.1.1. O Complexo Estuarino da Baía de Paranaguá – CEP

As características geomorfológicas e hidrográficas do CEP favoreceram o desenvolvimento da navegação, evidenciado pela presença dos portos. Contribuíram também para a construção de um terminal petrolífero e, mais recentemente, para a instalação de novos terminais privados (contêineres, fertilizantes, graneis líquidos). Nas margens do CEP vivem aproximadamente 160.000 pessoas, distribuídas entre os municípios de Guaraqueçaba, Antonina e Paranaguá, que se desenvolveram em função e ao redor dos portos, sendo Paranaguá o município com maior concentração urbana. A região da baía de Laranjeiras é considerada bem preservada, com extensas áreas de mata atlântica e manguezais. Abriga diversas vilas de moradores tradicionais e o município de Guaraqueçaba, de pequena dimensão e pouco crescimento populacional nas

últimas décadas. A pesca e o turismo são as principais atividades econômicas, com pequenas contribuições de extrativismo (caranguejo, ostra etc.) e agricultura. NOERNBERG ET AL. 2008.

3.1.2. Aspectos climáticos

Segundo a classificação de Köppen, o clima no litoral corresponde ao tropical úmido variando entre 19 a 21 °C anuais sendo influenciado pelas águas quentes da corrente do Brasil (MAACK, 1981). As características físicas da região determinam a ocorrência de ecossistemas diversificados, como formações arenosas, paludais terrestres, manguezais (paludais marinhos) e nas proximidades do complexo cristalino por terrenos de aluviões terrestres (BIGARELLA, 2001), abrigando infinidades de espécies biológicas.

3.2. A ILHA DO MEL

3.2.1. Geografia e Antecedentes históricos

Inseridos no Complexo Estuarino de Paranaguá - CEP, encontra-se a Ilha do Mel que divide a entrada da baía em dois canais, o Canal Norte e o Canal da Galheta. Com 2.760 hectares e um perímetro aproximado de 35 km, possui belas praias e ecossistemas diversificados fato esse importante dentro do bioma da Mata Atlântica. A parte leste da Ilha é banhada pelas águas da baía de Paranaguá sendo qualificado como “saco do limoeiro”, e a parte Oeste pelo Oceano Atlântico. Aliado ao fator geográfico apresenta importância turística e histórica onde nesse espaço foi erguido a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres pelos portugueses, sendo considerada o único exemplar da arquitetura militar do século XVIII. Foi construída com o intuito de evitar a reconquista da região por parte dos espanhóis, dos quais foi retirado o domínio das terras da região de acordo com o tratado de Tordesilhas, e impedir os ataques de piratas ingleses e franceses à Baía de Paranaguá, surgindo o primeiro povoamento da Ilha.

O acesso a Ilha se faz somente por travessia a barco partindo da cidade de Paranaguá ou Pontal do Paraná, atualmente possui em torno de seis comunidades de pescadores artesanais que embora devido ao advento do turismo realizado

desde 1930 e acelerado nos últimos anos, esse faça parte da renda primária de cinco das seis comunidades como mostra (FUZETTI; CORREIA, 2009) na (TABELA 3).

TABELA 3: PESCADORES E ATIVIDADE ECONÔMICA NA ILHA DO MEL.

	Ponta Oeste	Praia Grande	Farol das Conchas	Fortaleza	Nova Brasília	Encantadas
Pescadores entrevistados	10	7	7	1	6	12
Atividade econômica	Pesca	Turismo	Pesca no Inverno e Turismo no Verão	Turismo	Pesca no Inverno e Turismo no Verão	Pesca no Inverno e Turismo no Verão

FONTE: (FUZETTI; CORREIA, 2009).

A região concentra grande riqueza de biodiversidade de grande importância ecológica, além de belas paisagens, fato esse que atrai turista o ano todo, sendo necessária impor limites de carga de 5.000 pessoas diária para visitação.

Possui em sua maior parte infraestrutura como: luz elétrica, água encanada, posto de saúde, duas escolas de ensino básico, mercados, além de concentrar grande número de pousadas.

A Ilha do Mel faz parte da administra o do município de Paranaguá e seu gerenciamento   de responsabilidade do Instituto Ambiental do Paraná (IAP). De acordo com o plano diretor, instrumento de planejamento do Município, a  rea (FIGURA 3), da região se caracteriza como área rural.

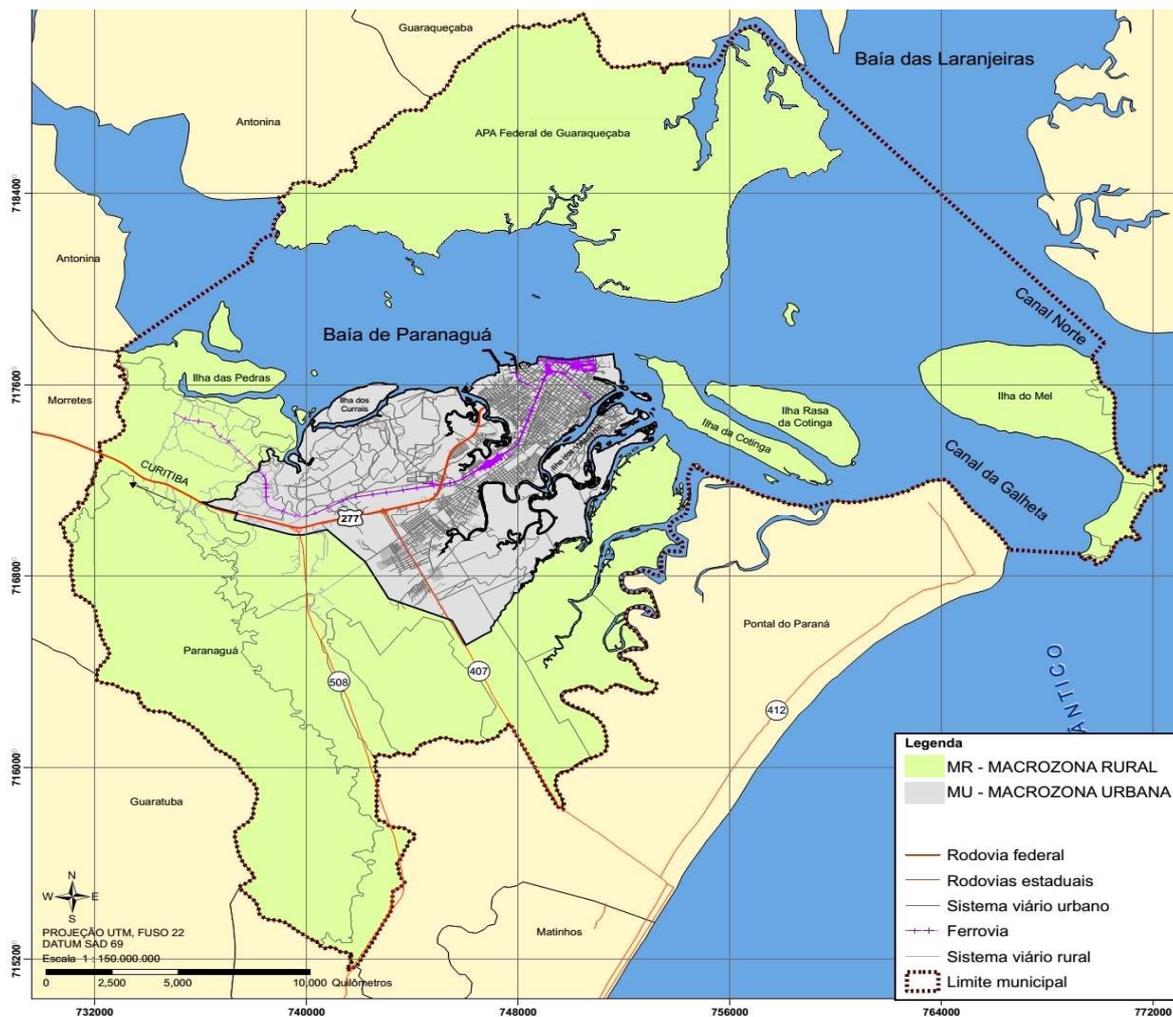


FIGURA 2: MACROZONEAMENTO DA ÁREA DE ESTUDO.

FONTE: Plano Diretor no Município de Paranaguá. Adaptado pelo Autor, 2013.

3.3. COMUNIDADE DE PESCADORES ARTESANAIS DA PONTA OESTE

Localizado, como o nome diz, na região oeste da Ilha do Mel sob as coordenadas geográficas $25^{\circ} 30' S$ e $48^{\circ} 23' 16 O$, encontra-se a coletividade dos pescadores artesanais da Ponta Oeste ou Coroazinha (FIGURA 3 e 4) como definida pelos pescadores devido ao seu formato. Ao contrário das outras comunidades está localiza-se na enseada da Baía de Paranaguá.

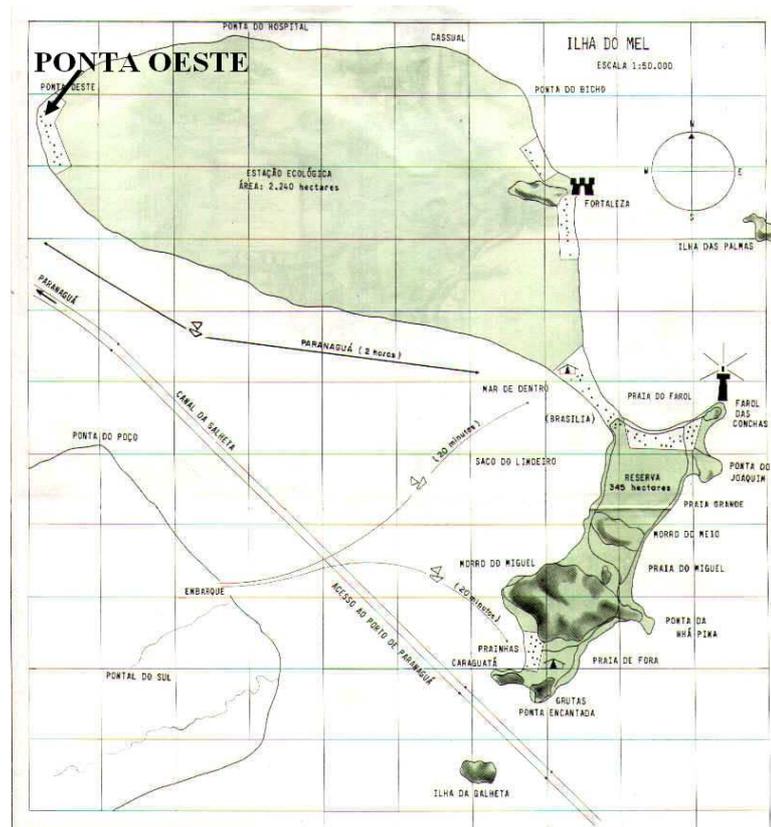


FIGURA 3: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DA PONTA OESTE NA ILHA DO MEL
 FONTE: Ilha do Mel preserve, 2012.



Figura 4: COMUNIDADE DE PESCADORES ARTESANAIS DA PONTA OESTE – ILHA DO MEL.
 FONTE: O autor, 2012.

A população da comunidade da Ponta Oeste formada a mais de dois séculos pela miscigenação de famílias de europeus advindos do processo de colonização do litoral paranaense, de comunidades tradicionais de outras localidades como a Ilha de Superagui e do processo da exclusão social dos municípios, tem aspecto diferencial das outras populações localizadas na Ilha do Mel, pois seu sustento depende exclusivamente da atividade da pesca exercida no estuário.

Na atividade pesqueira a comunidade utiliza diversas formas de organização e apetrechos para conseguir o alimento do mar tanto em conjunto com outros pescadores como individualmente.

No processo cultural e de subsistência, de acordo com os relatos da comunidade eram praticados cultivos de mandioca, abacaxi, café, melancia e criação de pequenos animais como galinhas e porcos. Associados as práticas de cultivo tradicional, também eram realizadas manifestações festivas como rodas de fandango, acompanhadas de bebidas, alimentos e músicas tocadas por instrumentos confeccionados artesanalmente (Harder e Freitas, 2011).

Segundo dados do IBGE, o município de Paranaguá teve um considerável aumento demográfico populacional na área rural (TABELA 4) correspondendo 3,61% da população total.

TABELA 4: TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL		TAXA DE CRESCIMENTO RURAL
	2000	2010	(%)
PARANAGUÁ	127.339	140.469	1,8

FONTE: IBGE, 2000 e 2010.

A realidade do crescimento demográfico da população pesqueira da Ponta Oeste não acompanha a taxa de crescimento municipal. Segundo dados do cadastro das populações existentes em 1980, aponta que a coletividade de pescadores da Ponta Oeste chegou a ser a maior da ilha, onde se encontravam 211 habitantes sendo a maioria composta por jovens (Harder e Freitas, 2011). No entanto, esse

número foi gradativamente diminuindo com o tempo, comportando atualmente 25 pessoas sendo a maioria compostas por idosos.

Esse fator de decréscimo da população se deve aos adventos de outras formas de utilização da baía, acarretando na diminuição dos recursos pesqueiros somados as fortes pressões decorrentes da legislação ambiental. A maioria da população foi abandonando gradativamente o convívio de anos para outras localidades da Ilha do Mel onde a prática do turismo tem contribuído para a manutenção e o sustento das famílias ou próximos aos centros urbanos de Paranaguá procurando alternativas para o sustento das famílias.

4. A ATIVIDADE PORTUÁRIA E SEUS IMPACTOS NA PESCA DE SUBSISTÊNCIA

As características geomorfológicas e hidrográficas da região favorecem o desenvolvimento da atividade portuária. A Baía de Paranaguá é um estuário do litoral sul brasileiro, ecossistema que suporta um volume intenso de navios da marinha mercante internacional. Dentro desses parâmetros, seu desenvolvimento teve início na década de 30, com acesso a grandes embarcações no porto de Paranaguá e Antonina ocasionando danos ambientais, diminuição da biodiversidade e modificações nos ambientes costeiros. No entanto, essa atividade se intensificou nos anos 70 com a mudança ao acesso para a Baía do canal Norte para o canal da Galheta devido a sua profundidade de 13,30 metros (BIGARELA, 2009; HARDER e FREITAS, 2011).



FIGURA 5: INÍCIO DA ATIVIDADE PORTUÁRIA NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.

FONTE: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, 2013.

Esse fator contribuiu no aumento do número de embarcações, recebendo constantemente navios de grande porte (FIGURA 4). O Porto de Paranaguá, também teve destaque para a formação do povo paranaense e até o momento é um dos maiores centros de comércio marítimo do mundo, movimentando cargas como: containers, soja, açúcar, milho, congelados, derivados de petróleo e veículos, está em amplo processo de transformação e ampliação.

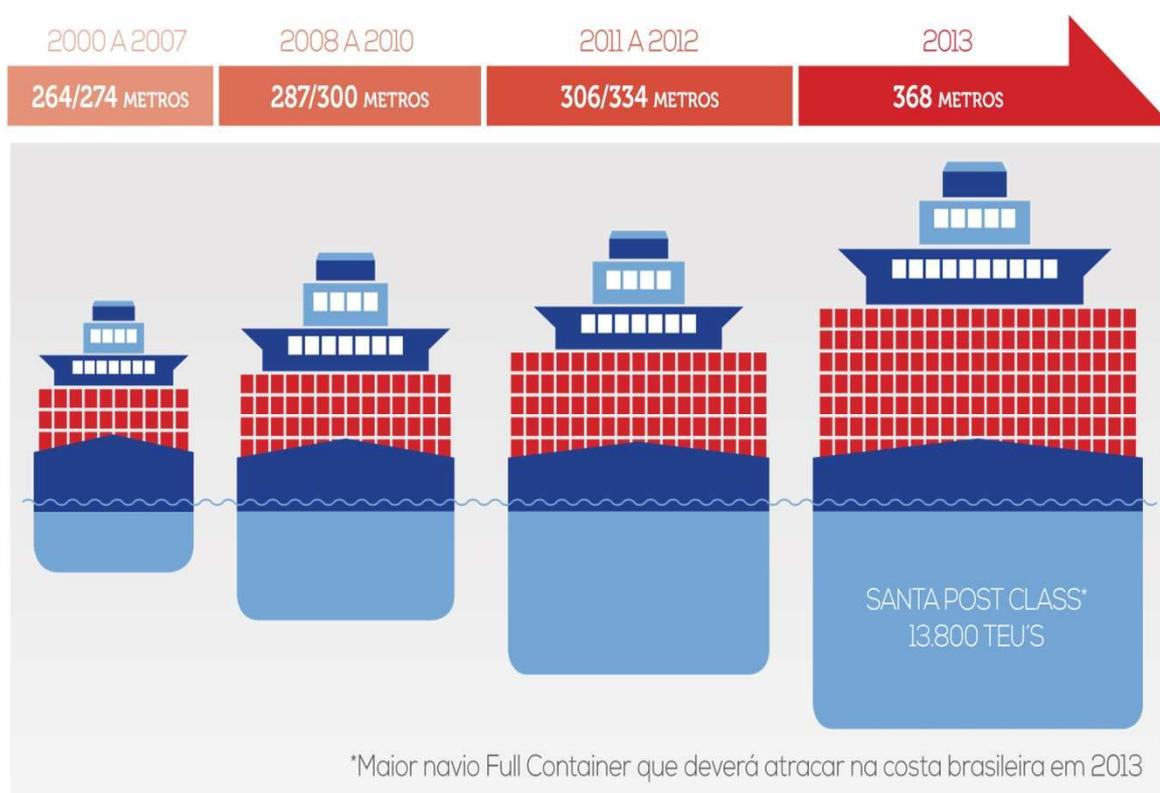


FIGURA 6: EVOLUÇÃO DOS TIPOS DE EMBARCAÇÕES QUE ATRACAM NO PORTO DE PARANAGUÁ AO LONGO DOS ANOS.

FONTE: APPA 2013. Modificado pelo Autor (2013).

Terminais portuários representam um papel fundamental na economia brasileira. Cerca de 95% das cargas exportadas e importadas advém deste tipo de movimentação. É considerado como um setor que trás grande riqueza para o país. No entanto os impactos ambientais também são somados, ocorrendo durante a construção e a atividade portuária.

As dragagens e a disposição dos materiais dragados somam-se neste rol a acidentes ambientais com derramamento de produtos; geração de resíduos sólidos; contaminações por lavagens de embarcações e drenagens de instalações; introdução de organismos exóticos nocivos embarcados em outras partes do Planeta, nas águas de lastro dos navios; lançamento de efluentes líquidos e gasosos. Projetos de expansão de instalações portuárias acarretam alterações na dinâmica costeira, induzindo processos erosivos e alterações na linha de costa; supressão de manguezais e outros ecossistemas costeiros; aterros, dragagens, alterações na paisagem, comprometimento de outros usos dos recursos ambientais, como turismo, pesca, transporte local (CIRM, 1998; PORTO e TEIXEIRA, 2002, *apud* CUNHA *et al.* 2006 p. 1.).

Nesse contexto, as áreas destinadas a exploração portuária estão localizadas próximas a estuários e zonas litorâneas. De acordo com (Fingas, 2001 *apud* Noernberget *al.* 2008) acidentes frequentes envolvendo derramamentos de óleo têm acontecido mundialmente, e isto preocupa as indústrias e os governos que trabalham para reduzir os riscos de derramamento. Outro fator associado são as realizações de manutenção das vias marítimas de acesso e ampliação do caís que carregam consigo vasto potencial de danos no ambiente.

4.1. DRAGAGEM

A dragagem é essencial para a segurança da navegação e o andamento da atividade portuária, consistindo na retirada, transporte e no despejo de sedimentos que interrompem a atracação de embarcações provocada pelo assoreamento de áreas erodidas na costa. A ação é regulamentada pela resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA 344/2004.

A área da disposição desse tipo de material (FIGURA 6) é um problema para as regiões onde se encontram portos visto que essa solução tradicional de despejo em outras áreas não é a mais ambientalmente adequada devido aos impactos

gerados sobre as atividades pesqueiras, recreativas e nas mudanças ocasionadas nos ambientes costeiros, pondo em risco também a própria navegação.

Existem alternativas que podem ser tomadas como a descontaminação química e biológica do material dragado podendo ser separados em materiais menores e utilizados na construção civil. No entanto os gastos do processo da descontaminação não correspondem com os benefícios a serem gerados.



FIGURA 7: ÁREA DE DESPEJO DA DRAGAGEM

FONTE: Instituto Ambiental do Paraná – IAP.

4.2. ÁGUA DE LASTRO

O transporte marítimo, responsável pela movimentação de grande parte das mercadorias do planeta, também movimenta, entre os portos, cerca de 10 bilhões de toneladas de água, após a mesma ser utilizada como lastro pelos navios (Collyer, 2007). Essas águas são trocadas próximas a áreas continentais quando perto de atracação, sendo considerado um dos piores problemas aos ecossistemas marinhos, pois carregam consigo diversas espécies micro e macroscópicas de

organismos consideradas invasores nos locais onde os tanques são lastrados competindo com espécies nativas e trazendo prejuízos econômicos, ambientais e sociais. Pode verificar-se através da organização Marítima Internacional (IMO) que foram promovidas possíveis soluções para o tratamento da água de lastro, como: filtração, hidrociclone, aquecimento, choque elétrico, ondas sonoras, irradiação por raios ultravioleta, aplicação de biocidas e desoxigenação.

No entanto, as alternativas não são correspondidas economicamente quanto aos gastos nos transportes. Nesse sentido não existem métodos mais eficazes sem causar novos impactos ou que sejam economicamente viáveis sendo a melhor alternativa a troca oceânica das águas de lastros nos navios.

4.3. AMPLIAÇÃO

A ampliação do cais no porto de Paranaguá está em processo de expansão e instalação de novos *piers*. As execuções das obras estão sendo realizadas numa parceria pelo governo e empresas privadas sendo responsável pelos maiores investimentos no setor portuário no Brasil, podendo receber navios maiores do que atracam atualmente de operação internacional, além da adaptação para receber navios de cruzeiro.

4.4. HISTÓRICO DAS POLUIÇÕES PROVOCADAS PELO VAZAMENTO DE PETRÓLEO NOS ÚLTIMOS ANOS

Os impactos ambientais decorrentes da atividade portuária são amplos e ocorrem desde sua instalação, ampliação e atracação de embarcações de grande porte. Todos os anos segundo dados da Organização Não Governamental GREENPEACE, são derramados em torno de 600 mil toneladas de petróleo bruto e derivados resultando em grandes consequências econômicas e também ambientais. A baía de Paranaguá nos últimos anos foi alvo desses impactos, causando danos irreversíveis onde são demonstrados cronologicamente como mostra Noernberg, M.A; Et al. (2008).

· 16 de fevereiro de 2001 - Rompimento de um duto da Petrobrás e vazamento de quatro mil litros de óleo diesel em um afluente do Rio Nhundiaquara,

um dos principais rios que deságuam no CEP. Teve como consequência grandes danos para os manguezais da região com contaminação da flora e fauna. A pesca na região ficou proibida pelo IBAMA por mais de 40 dias.

- 18 de outubro de 2001 - O navio petroleiro Norma chocou-se em uma rocha na baía de Paranaguá, resultando em um vazamento de 392 mil litros de nafta, atingindo uma área de três mil metros quadrados. O acidente ocasionou a morte por intoxicação de um mergulhador que trabalhava na avaliação das condições do casco perfurado.

- 15 de novembro de 2004 - A explosão do navio tanque chileno Vicuña (FIGURA 7) de oito mil toneladas, no Porto de Paranaguá, provocou o maior vazamento de óleo dos últimos 20 anos no CEP, e causou a morte de quatro tripulantes do navio. Em poucas horas, a embarcação foi a pique. Nos dias seguintes cerca de quatro milhões de litros de óleo bunker cobriram boa parte das baías e praias dos municípios de Antonina, Paranaguá, Guaraqueçaba e Pontal do Paraná.



FIGURA 8: ACIDENTE DO NAVIO VICUNÃ

FONTE: Leal R. Site Agencia de Noticias do estado do Paraná, 2011.

O vazamento de petróleo ocasionado pela explosão do navio Vicunã atingiu uma extensão de 30 km, incluindo nesse espaço a comunidade da Ponta Oeste como mostra a (FIGURA 8) e interditando a atividade pesqueira na região por quase dois meses, prejudicando milhares de famílias.

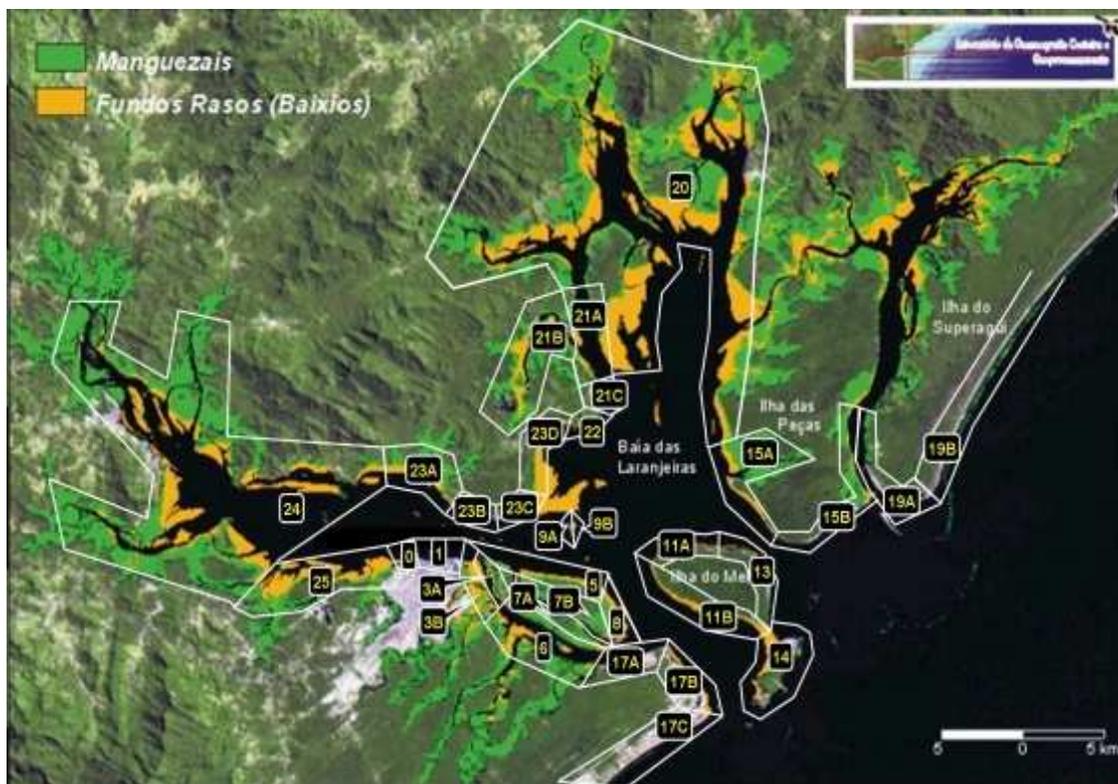


FIGURA 9: MAPEAMENTO DAS ÁREAS ATINGIDAS PELO VAZAMENTO DO ÓLEO NA EXPLOÇÃO DO NAVIO VICUNÃ, MOSTRANDO A COMUNIDADE DA PONTA OESTE NO PONTO 11A.

FONTE: Relatório do acidente, 2005.

Acompanhado ao fator de inutilização da exploração da atividade pesqueira na Baía de Paranaguá, também está associado o descarte criminoso de peixe sendo a hipótese mais provável, pois não haverem encontrados índices químicos nas análises realizadas. O evento aconteceu em dezembro de 2010 e que acarretou em aproximadamente 5 toneladas de peixes principalmente da espécie de sardinha xingó encontradas mortas na baía e que deixaram os pescadores sem explicação e sem trabalho por um período de aproximadamente um mês.

4.5. PROGRAMAS DE CONTENÇÃO DA POLUIÇÃO

De acordo com o art. 7º da Lei 9966 de 28/10/2000 que determina que os portos organizados, instalações portuárias e plataformas, bem como suas instalações de apoio, devem dispor de Plano de Emergência Individual (PEI) para o combate à poluição por óleo e substâncias nocivas ou perigosas, e que tais planos devem ser submetidos à aprovação do órgão ambiental competente.

Nesse sentido a administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, possui um Programa de Gestão Ambiental - PGA, compondo equipamentos adequados em caso de emergências de desastres ambientais como o Centro de Excelência em Defesa Ambiental Taguaré – CEDA, criado em 2005 ao qual tem objetivos de atender vazamentos de petróleo provocados tanto em mar como em terra abrangendo toda a área geográfica do Complexo Estuarino de Paranaguá. Em casos de acidentes

4.6. FISCALIZAÇÃO

A parte de fiscalização ambiental é realizada pelo órgão estadual ambiental IAP, secretaria Municipal do Meio Ambiente e pela Capitania dos Portos do Paraná. Onde são atribuída ações de controle, vigilância das atividades consideradas em desconformidade com o meio ambiente além de atribuir punições administrativas adoção de medidas destinada a promover a recuperação dos danos ambientais conforme a Lei complementar nº 140, de 08/12/11.

5. POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DA NATUREZA

A partir dos anos 1980, os governos federal e estadual implantaram uma política de proteção da natureza que se consistiu em criarem unidades de conservação, regulamentar certas atividades agrícolas e pesqueiras, e dar incentivos para o plantio de palmito nativo. Por um lado, isto estimulou novas atividades e práticas agrícolas para compensar as limitações impostas (como o

processamento da banana e da mandioca), mas, por outro, aumentou o uso de agroquímicos, a extração ilegal de palmito nativo, a introdução de espécies exóticas de palmito e o desmatamento clandestino. Também se promulgaram leis para proteger recursos da baía, e se regulamentou a atividade da pesca em termos de locais, técnicas, volume de captura e calendário (RAYNAUT et al., 2002).

De acordo com Denardin (2009), o litoral paranaense está inserido num mosaico de unidades de conservação compreendendo cerca de 31 áreas de preservação cobrindo cerca de 82,48% do território sendo distribuídas em (4) unidades federais e (27) estaduais o que gera desavenças quanto ao uso dos recursos naturais.

As Unidades de Conservação (UC's) são vistas como um dos elementos chave para garantir a proteção ambiental. Entretanto, há inúmeros casos em que a criação dessas áreas resulta em conflitos (PIERRI N; KIM M, 2008). De acordo com a Lei nº 9.985, De 18 de Julho de 2000 que regulamenta o Sistema Nacional de Unidade de Conservação – (SNUC), define as Unidades de Conservação como:

“espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

Nesse sentido, com o objetivo de proteger a biodiversidade da Ilha do Mel, foi criada sobre o sob o decreto nº 5.454 de categoria de proteção integral, a Estação Ecológica em 1982, com um total de com 2.240.69 ha. Representando certa de 80% da Ilha ao qual tem o objetivo da preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas somente com autorização do órgão competente e não sendo permitida a visitação pública.

No processo de criação da Estação Ecológica, o Estado não levou em consideração a existência de comunidades tradicionais nas proximidades, resultando em profundas mudanças em suas práticas, impedindo através de legislações ambientais o desenvolvimento de atividades extrativistas, caça, agricultura de subsistência e a retirada de madeira nativa para confecção de canoas e construção de casas, sendo práticas culturais e essenciais para a manutenção das

famílias tradicionais na área. A legislação também impôs medidas de faixa pertencente à área da comunidade num espaço de 1,3 ha. o que tem causado conflitos que duram até os dias de hoje. Por outro lado, não se levou em consideração que a preservação dos recursos naturais atraiu um número maior de turistas, o que também provocou a especulação imobiliária e crescente número de pousadas em outras localidades da Ilha.

6. POPULAÇÕES TRADICIONAIS E CONFLITOS SÓCIOAMBIENTAIS

Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, o termo populações tradicionais é definido sobre a ótica da preocupação da humanidade em preservar os ambientes naturais, onde permitiram enxergar a existência de populações capazes de utilizar e ao mesmo tempo preservar o ambiente em que vivem. A relação com o ambiente para essas comunidades são amplas, pois, os conhecimentos tradicionais que possuem sobre este espaço garantem a proteção dos recursos ambientais. Os conhecimentos tradicionais são passados de pai para filho e contemplam

“técnicas de manejo de recursos naturais, métodos de caça e pesca, conhecimentos sobre os diversos ecossistemas e sobre propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas de espécies e as próprias categorizações e classificações de espécies de flora e fauna utilizadas pelas populações tradicionais” (SANTILLI, 2005, p. 192).

Todavia, as comunidades tradicionais também chamadas de populações caiçaras tiveram um processo de transformação histórica implicando no seu modo de vida como pescador familiar tradicional, devido a exclusão socioeconômica onde foram empurrados pelo sistema capitalista a viver nas áreas de costa passando a viver da agricultura de subsistência e da pesca (ADAMS C, 2002).

As características mencionadas acima, se enquadram sobre o perfil da coletividade de pescadores artesanais da Ponta Oeste, onde suas práticas exercidas possuem estreita relação com o ambiente em que vivem, aos quais utilizam da pesca como fonte de trabalho e subsistência.

A atividade pesqueira no contexto regional é exercida segundo Diegues, (2005) em três categorias: de Subsistência, Artesanal e Industrial. A Pesca de subsistência é de pequena escala sendo desenvolvida em sua maioria por comunidades ribeirinhas e indígenas, quase desaparecida no cenário nacional A pesca artesanal tendo como característica o valor da troca de maior ou pouca intensidade e de pouco impacto sendo concentrada no interior das baías. Por último a pesca Industrial realizada em extensa escala, possuindo equipamentos modernos e pagamento de salários e de grande impacto sobre as outras duas modalidades menores devido a retirada de grande quantidade de recursos pesqueiros.

Embora muitos estudos façam referência às atividades da pesca artesanal exercida na Baía de Paranaguá de uma maneira abrangente como (Andrigueto Filho, 1999; 2003), poucos abordam a comunidade da Ponta Oeste.

Para ajudar no entendimento da realidade desse estudo de caso, é importante compreender sobre a criação da identidade da comunidade, abordados tanto em Fuzetti, (2007) como Harder e Freitas (2011). As características definidas pelos autores são fundamentais e apontam para a dinâmica e a relação da comunidade com seu espaço, suas formas de organização, os aspectos históricos, sociais, ambientais e culturais.

Em contrapartida, o ambiente em que se encontra a comunidade e o que torna uma questão conflituosa, são as transformações ocorridas neste espaço relacionadas à preservação da biodiversidade, e também os avanços do desenvolvimento econômico ao qual tem contribuído para o desequilíbrio ambiental, afetando os pescadores que dependem do espaço tanto em terra como no mar, para garantir sua sobrevivência e o sustento de outras pessoas.

A implementação da Unidade de Conservação e também a instalação de empreendimentos que ocupam as áreas onde essas comunidades tradicionais se localizam, não levam em consideração a existência das populações que já habitavam estas regiões e promovem profundas mudanças no ambiente e na vida desses moradores. Desse modo, entende-se que o conjunto de dificuldades apresentados a comunidade pesqueira da Ponta Oeste, vem compor um mosaico de desafios e de conhecimentos, acumulados historicamente pelas problemáticas enfrentadas.

Nesse sentido, a comunidade da Ponta Oeste se encontra sobre ótica posta por dois tipos de conflitos ambientais. O conflito ambiental territorial e o conflito

ambiental espacial. Esses tipos de conflitos são evidenciados por Zhouri e Laschefski (2010). O primeiro conflito se destaca por estar inserido em situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos grupos sociais, portadores de identidades e sentidos culturais diferenciados, sobre o mesmo recorte espacial (nesse caso a implantação da Estação Ecológica). De acordo com esse termo, os grupos que ocupam o mesmo espaço possuem características diferentes de forma a utilizar a terra o que demonstra nas mais variadas formas de apropriação da natureza nessas superfícies espaciais.

O segundo conflito se caracteriza por causar efeitos de impacto ambientais negativos que ultrapassam os limites entre os territórios dos diversos agentes e grupos sociais. Esse tipo de conflito não surge necessariamente de disputa espacial por populações distintas, no entanto são decorrentes da abrangência de tais efeitos com intensidade regional variada. Nesse sentido, pressupõe-se que essa ocorrência está estritamente ligada ao ambiente físico-geográfico, seja no sentido antropológico das territorialidades como, por exemplo, os portos que se instalam em ambientes costeiros. Os impactos gerados por essas atividades acabam afetando diretamente os que se ocupam da pesca nessas regiões e provocando alterações no ambiente marinho.

De acordo com o Art. 225. Da constituição Federal, menciona que:

“todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para às presentes e futuras gerações”.

No entanto, verifica-se que a realidade presenciada na Comunidade de Pescadores da Ponta Oeste não comporta o estatuto devido as suas dificuldades enfrentadas. Nesse sentido, políticas públicas se fazem necessárias, entendendo-se por políticas públicas como conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da

sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais.

De acordo com Marugon e Agudelo (2004), a legislação ambiental é importante, visto que se destina à proteção da biodiversidade e normatização do processo de ocupação e garantindo a sustentabilidade do uso dos recursos naturais existentes. Nesse sentido, estudos se fazem necessários para a identificação dos possíveis conflitos existentes entre as atividades e são essenciais para a elaboração de medidas preventivas e mitigadoras adequadas e que se fundamentam para a construção de uma política pública reconhecida por todas as partes envolvidas no processo.

As leis ambientais são vastas e complexas, relevantes mecanismos para promover a conciliação entre a proteção dos recursos naturais e o desenvolvimento econômico. A formulação de leis ambientais tornou-se importante instrumento que ocupa espaços nos meios jurídicos, gerando nova postura do Governo e da sociedade civil. Restabelecem também um movimento social, o qual expressa as problemáticas relacionadas à qualidade de vida do ser humano, exigindo a participação consciente de todos os indivíduos onde muitas vezes são conflitivas, impondo restrições ao desenvolvimento social das populações locais.

Pode verificar-se de acordo com o instrumento do Plano Diretor de Paranaguá que a área em que se localiza a comunidade da Ponta Oeste é uma área de interesse rural visto que é utilizada como área de proteção dos recursos naturais. O Plano Diretor ainda prevê a extensão do sistema de saneamento nas comunidades insulares e rurais bem como o fornecimento de infraestrutura e serviços públicos em todo o território municipal, fato esse não demonstrado na população pesqueira. No âmbito estadual, a lei nº 16.037, de 08 de janeiro de 2009 que corresponde ao zoneamento da Ilha do Mel dispõe no seu Cap. III, Art. 7º que

IV. AOPT - Área de Ocupação de População Tradicional Local, correspondente a uma área de aproximadamente 1,6 hectares, situada na vila da Ponta Oeste, tendo como objetivos:

- a) barrar o avanço da ocupação antrópica, proibindo quaisquer construções adicionais na região;
- b) proibir qualquer tipo de ocupação e edificação que não tenha relação com os usos, costumes e tradições da população local;

Pode verificar-se inconformidade, onde a comunidade foi submetida a diminuição do seu território antes de 33 hectares para 1,6 prejudicando a sua reprodução social. Esta nova configuração dos conflitos territoriais ressalta a sua importância, considerando-o como elemento central da questão agrária brasileira. “Está em jogo uma ideia de que os conflitos hoje não são só conflitos agrários *stricto sensu*, são conflitos sociais no campo que têm uma dimensão cultural, identitária e étnica.”(ALMEIDA, 2010).

A criação da estação ecológica da Ilha do Mel dispõe no SNUC, que as áreas são de domínio público e as áreas particulares inseridas, serão desapropriadas, permitindo somente pesquisas científicas mediante autorização do órgão competente. Pode-se constatar que a instituição de áreas protegidas tem ocasionado diversas restrições sobre o acesso aos recursos naturais, assim como conflitos entre a população e órgãos fiscalizadores e administrativos da área. Entre as principais causas desses conflitos, destaca-se a impossibilidade da realização de atividades extrativistas, como o corte de madeira para a construção de casas ou produção de instrumentos de uso particular. As proibições sobre as atividades de caça também ocasionam problemas no relacionamento do estado com essas populações, que tem o desenvolvimento desta atividade difundido por diversas gerações. Do mesmo modo, a realização da agricultura de subsistência e a criação de animais também são restritas (ATHAYDE & TOMAZ, 1995: 81).

Os direitos sobre o uso e costumes ligados a terra, são de procedências ligadas a raízes históricas das comunidades tradicionais constituídos na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais que estabelece:

Art. 2º A PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Também, são objetivos específicos da PNPCT:

- I - garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;

III - implantar infra-estrutura adequada às realidades sócio-culturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais;

IV - garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos;

Nas questões de conflitos espaciais e as poluições ambientais provocadas pela instalação e operação dos empreendimentos, a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA institui o princípio do poluidor, estabelecendo diretrizes para os impactos ambientais realizados pelos empreendimentos e a obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos instituídos na Lei n.º 6.938 de 31/08/9.

7. POTENCIALIDADES

As potencialidades podem ser definidas pela ocasião da melhora das relações da comunidade, não se tratando de apenas aspectos econômicos, mas um conjunto de condições sociais, culturais e ambientais que possam garantir a manutenção e a qualidade de vida das populações no desenvolvimento local (PIRES, E. L.S; REIS, F, 2001). Nessa ocasião, têm surgido várias programas do Estado que procuram integrar mecanismos que visam a estimular as potencialidades no desenvolvimento local das comunidades.

Criada pela Secretaria de Extensão Rural da EMATER em 2005, a atividade de maricultura pode se destacar como uma das potencialidades dentro das dificuldades enfrentada pela comunidade atualmente possui 0,2500 ha atendendo a mercado municipal, restaurantes e a turistas, além de contribuir como a manutenção das famílias e promover a geração de renda. A área destinada ao cultivo está dentro dos critérios pela legislação federal respeitando as condições de sustentabilidade ambiental, social e econômica. De acordo com dados da EMATER estima que 3,5 mil dúzias de ostras podem ser produzidas por ano, com obtenção de uma renda média mensal de dois salários mínimos.

A atividade também contribui para abrigo de espécies de peixes servindo de alimentação para elas devido a criação de algas em seus tanques.



FIGURA 10: RETIRADA DE MARISCOS PELOS PESCADORES DA PONTA OESTE NO CULTIVO DE OSTRAS

FONTE: Secretaria da Agricultura e Abastecimento, 2011.

A comunidade possui uma associação, fundada desde 1998 que contribuem no seu processo de participação e representação dos moradores. Pode-se observar que a participação de ONG's atuando no litoral do Paraná e principalmente no cenário pesqueiro tem contribuído para as perspectivas das populações pesqueiras, onde se têm desenvolvido projetos e pesquisas trazendo resultados positivos junto aos pescadores e que também tem sido relevantes para o meio acadêmico.

Outro fator são os pescadores como conhecedores da atividade e do ambiente em que vivem, ressaltando a importância desses como instrumentos essenciais para promover diálogos na questão das políticas públicas sobre o gerenciamento pesqueiro e no aumento da produtividade dos recursos tidos como "recursos renováveis" caso não tomado conhecimento pelo homem podem ir aos poucos não sendo renováveis.

Pode se notar em algumas discussões a participação da comunidade com outras, dialogando e conhecendo seus conflitos e potencialidades que podem contribuir num modelo de utilização dos espaços mais aceitáveis.

8. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apesar do reconhecimento da comunidade a partir das conquistas de alguns direitos recentemente como a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, ainda é notório a sua pouca visibilidade e voz nas políticas públicas e estas não têm conseguido fazê-los valer no caso de grandes projetos de infraestrutura.

(MARUGON e AGUDELO, 2004) chamam a atenção que no Brasil, embora a legislação ambiental se configure como uma das mais avançadas do mundo, no entanto, existem dispositivos e normas virtualmente conflitivos que encontram obstáculos no momento da sua efetivação. Pode-se verificar que no processo de criação da Unidade de Conservação da Estação Ecológica, as famílias de pescadores artesanais que se mantem na Ponta Oeste permaneceram obscuras e lutando para preservação da atividade, onde esta se desenvolve a gerações, mesmo com os diversos conflitos gerados pelo desenvolvimento e as práticas de preservação das áreas naturais.

9. CONCLUSÕES

Verifica-se através dos estudos que a região concentra grandes riquezas naturais preservadas e ao mesmo tempo, apresenta forte potencial econômico para a realização de diversas atividades.

O processo da criação das Unidades de Conservação na Ilha do Mel desencadeou um cenário de alterações nas atividades econômicas dos pescadores. As mudanças interferiram nos costumes, nos apetrechos e nas embarcações, estimulando um cenário local de conflitos.

A criação da Estação Ecológica foi realizada sem o conhecimento prévio da população pesqueira da Ponta Oeste. O Estado impôs limitações para o desenvolvimento e tem proibido as suas práticas tradicionais por não serem compatíveis com a categoria da UC, repercutindo no modo de vida dos pescadores, ao qual foram submetidos a fortes pressões pelos órgãos ambientais. As

dificuldades se somam as poluições lançadas na baía, provocando diminuição nos estoques pesqueiros, ou na sua disponibilidade, interferindo na sustentabilidade da comunidade.

Pode concluir-se que a maricultura tem apresentado forte influência para a comunidade no aspecto econômico, provocando mudanças positivas nos cenários sociais e ambientais, incentivando outras comunidades na criação de ostras.

Apesar do reconhecimento da comunidade pelo estado em 2012, através do parecer técnico emitido ao Ministério Público, a categoria da UC de Estação Ecológica não permite a existência de moradores no seu interior e impõe restrições ao seu uso. Nesse sentido pode-se considerar uma preposição promover a criação de uma categoria de Unidade de Conservação de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) ou uma Reserva Extrativista (RESEX) na área que se encontra a comunidade. Essas unidades de conservação possuem por objetivo proteger os meios de vida e a cultura de populações extrativistas e tradicionais, garantir o uso sustentável de recursos naturais da unidade, aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo por populações tradicionais além de promover a conservação da biodiversidade.

Os conflitos ambientais Territoriais e Espaciais não se resumem só a atividade Portuária e a Estação Ecológica, visto que as necessidades da comunidade não dependem diretamente apenas do sustento tirado do mar. Outros fatores importantes são a utilização de serviços públicos básicos e aquisição de mercadorias em Paranaguá. Dentro dessa ótica pode verificar-se que a lei que regula o Zoneamento da Ilha e outro empecilho que dificulta a inserção de infraestrutura na ilha como um todo, problematizando ações de investimento em saneamento básico como tratamento de esgoto, abastecimento de água e de luz para os moradores e veranistas.

As existências desses mecanismos no cenário do conflito também mostram a sua importância para a sustentabilidade do mercado econômico e ambiental. No entanto tais fatores influenciam a cadeia produtiva da atividade pesqueira onde tem afetado profundamente a qualidade de vida dos pescadores artesanais.

Entretanto os efeitos causados pela poluição na Baía de Paranaguá não pode ser deixado de lado pelas políticas públicas de atuação nesses locais, é importante a participação da sociedade, dos órgãos públicos e das empresas trabalhando de forma integrada para que juntos possam discutir ideias para uma

gestão participativa e responsável, a fim de amenizar os problemas. De acordo com Fuzetti, (2007) é importante envolver as comunidades de pescadores artesanais no manejo da pesca, uma vez que estes pescadores apresentam regras sociais e estratégias de pesca que podem contribuir com as políticas públicas para a conservação dos recursos pesqueiros. Nesse sentido, é importante que os planos de ação em caso de acidentes também sejam aprimorados e conduzidos de forma a minimizar os efeitos negativos dos desastres ambientais. Vale ressaltar que a participação da comunidade em movimentos tem contribuído com a sua perspectiva e levado a conhecer novas possibilidades para que possam se manter no seu território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, C. Identidade Caiçara: Exclusão histórica e sócio-ambiental. In: Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia. Sociedade Brasileira de Etnobiologia e etnoecologia. Recife, 2002.

ALMEIDA, A. W. B. Comunidades Tradicionais na resistência à expansão dos agronegócios e à devastação do meio ambiente. Racismo Ambiental. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2010/10/comunidades-tradicionais-na-resistencia-a-expansao-dos-agronegocios-e-a-devastacao-do-meio-ambiente/>> Acesso em: Agosto, 2013.

ANDRIGUETTO, F.J.M. Sistemas Técnicos de Pesca e Suas Dinâmicas de Transformação no Litoral do Paraná, Brasil. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 1999.

ANDRIGUETTO, F.J.M. A mudança técnica e o processo de diferenciação dos sistemas de produção pesqueira do Litoral do Paraná, Brasil *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n.8, p.43-58, jul./dez.2003. Editora UFPR

APPA- Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. Histórico Dos Portos de Antonina e Paranaguá. Disponível em: <<http://www.portosdoparana.pr.gov.br/>>. Acesso em: Outubro, 2012.

ATHAYDE, S. & TOMAZ, L. Áreas Naturais protegidas e comunidades locais da Ilha do Mel – PR – Brasil. IN: *Nerítica*, vol.9 (1-2), p. 49-91. Curitiba, 1995.

BASTOS, B. C e BASSANI, C. A Questão da Expansão Portuária como Solução para o Desenvolvimento Econômico: O caso das Dragagens e os Impactos Ambientais na Baía de Sepetiba. IX Simpósio de Excelência Gestão e Tecnologia. 2012

BIGARELLA, J.J. Matinho: homem e terra reminiscências... Fundação cultural de Curitiba, 2009.

BRASIL. Artigo nº 7 da Lei nº9.966, de 28/04/2000. Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.

BRASIL. Artigo nº 225, de 05/10/1988 da Constituição da República Federativa do Brasil. sobre disposições do Meio Ambiente. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7/02/2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

CAPELLESSO, A. J; CAZELLA, A. A. Pesca artesanal entre crise econômica e problemas socioambientais: estudo de caso nos municípios de Garopaba e Ibituba (SC). Ambiente e Sociedade. Campinas v. XIV, n. 2 p. 15 -33. Dez. 2011

CARNEIRO, D. História do período provincial do Paraná. Banestado. Curitiba-Pr, 1994.

COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO – CEI. Relatório final de acompanhamento acidente ambiental com navio Vicuña. Baía de Paranaguá. Dezembro, 2005.

CONTADOR, C.R. Projetos sociais: avaliação e prática. São Paulo: atlas. 2008.

CUNHA, I.A. Gestão ambiental e competitividade dos portos: negociando uma agenda. XIII SIMPEP - Bauru, SP, Brasil, 6 a 8 de Novembro de 2006.

DIEGUES, A. C.A Sócio - Antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. Etnográfica, Vol. III (2), 1999, pp. 361-375.

ESTADES, N. P. O Litoral do Paraná: Entre a riqueza natural e a pobreza social. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, N. 8, P. 25-41, Jul/Dez. 2003.

FUZETTI, L. A Pesca na Ilha do Mel (Paraná, Brasil): Pescadores, Atividades e Recursos Pesqueiros. Dissertação De Mestrado. Curitiba: UFPR, 2007.

FUZETTI, L e CORRÊA, M. F. M. Perfil e renda dos pescadores artesanais e das vilas da Ilha do Mel – Paraná, Brasil. B. Inst. Pesca. São Paulo, 35(4): 609 – 621, 2009.

GERNET, M. V; BIRCKOLZ, C. J. Fauna malacológica em dois sambaquis do litoral do estado do Paraná, Brasil. Revista Biotemas, 24 (3): 39-49, setembro de 2011.

HARDER, E. A situação dos direitos humanos na Comunidade da Ponta Oeste, Ilha do Mel. Relatório Técnico. Matinhos: UFPR/Litoral, 2007.

HARDER, E; FREITAS, A. E. C. Territórios Tradicionais e Conservação da Natureza: o caso da Ponta Oeste, Ilha do Mel. 7º. Encontro Anual da ANDHEP–Direitos Humanos, Democracia e Diversidade. 2012.

HARDER E; FREITAS, A. E. C. Envelhecer na invisibilidade: Os sentidos do viver na Ponta Oeste, ilha do Mel, Baía de Paranaguá. IX Reunião de Antropologia do Mercosul. 10 a 13 de julho de 2011 - Curitiba, PR

Ilha do Mel Preserve. Disponível em: <<http://www.ilhadomelpreserve.net/ilhadomeldistancias.htm>> Acesso em: agosto, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index.php>> Acesso em: junho, 2013.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ – IAP. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=420>> Acesso em: Julho, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE – IBAMA. Reservas Extrativistas e Populações Tradicionais. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/resex/pop.htm>> Acesso em: Junho, 2013.

Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá. Disponível em <<http://www.ihgp.com.br/fotos.htm>> Acesso em: Junho, 2013.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES.

Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>> Acesso em: Junho,2013.

Kappel, R. F. “Portos brasileiros: novo desafio para a sociedade”. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 57, 2005, Fortaleza. Anais eletrônicos. São Paulo: SBPC/UECE, 2005. Disponível

em:<http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF_SIMP/textos/raimundokappel.htm>. Acesso em: Junho, 2013.

MAACK, R. Geografia física do estado do Paraná. Jose Olympio, Rio de Janeiro - RJ, 1981.

MARANGON, M. A; AGUDELO, L.P.P. Comunidades Rurais da APA de Guaraqueçaba: entre diálogos e conflitos. In: II Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, 2004. *Anais eletrônicos*. Indaiatuba, 2004.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2011.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. Políticas Públicas. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticaspUBLICAS.pdf> Acesso em: junho,2013.

NOERNBERG, M.A; Et al. Determinação da Sensibilidade do Litoral Paranaense à Contaminação por Óleo. Braz. J. Aquat. Sci. Technol. 2008, 12(2):49-59.

NEGRELLE, R. B.; LIMA, R. E. Meio Ambiente e Desenvolvimento no Litoral do Paraná: Subsídios À Ação. Ed. Nimad – UFPR, 341p. Curitiba. 2002.

PIERRI,N; KIM, M. K. A Sustentabilidade Social Como Condição Para A Conservação. O Caso Da Ilha Do Mel (Paraná, Brasil). IV ENANPPAS. Brasília-DF, Julho, 2008.

PIERRI, N. *et al.* A Ocupação e o uso do solo no Litoral Paranaense: Condicionantes, Conflitos E Tendências. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 13, p. 137-167, jan./jun. 2006. Editora UFPR.

PIRES, E. L.S; REIS, F. *Desenvolvimento Local, Política Pública e Sociedade Civil: Estratégias dos atores e potencialidades das dinâmicas locais em comunidades de baixa renda no Brasil.* In: XXIII Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia (ALAS), 2001, Guatemala.

Prefeitura Municipal de Paranaguá. Disponível em: <<http://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/a-cidade/historia>>. Acesso em: março, 2012.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>> Acesso em: Julho, 2013.

SANTOS, D. M. *Etal.* Avaliação de metais pesados na baía de Paranaguá, PR, Brasil, sob influência das atividades antrópicas. *J. Braz. Soc. Ecotoxicol.*v. 1, n. 2, 2006, 157-160.

SCORTEGAGNA, A. *et al.* Paraná Espaço e Memória. Diversos Olhares Histórico-Geográficos – Curitiba: Editora Bagozzi, 2005. 408p.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB. Disponível em: <<http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=4886>> Acesso em: julho, 2013.

SILVEIRA, P. C. B. Pesca artesanal, territórios e os impactos dos grandes empreendimentos. Coletiva, Recife, 01 out. 2010.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.SNUC: texto da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e vetos da Presidência da República ao PL aprovado pelo Congresso Nacional. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2000. 2ª ed.

SOARES, C. R e LANA, P. C. Baía de Paranaguá. Mapas e Histórias. Curitiba: Editora UFPR, 2ª Edição 2009. 98p.

STORI, F. T. *Et al.* Mecanismos socioecológicos e práticas tradicionais de pesca na comunidade caiçara da Ilha Diana (Santos, Brasil) e suas transformações. *Revista de Gestão Costeira Integrada*, v. xx, p. xx-xx, 2012.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11-34.

ANEXOS

MEMORIAL ICH

Quando entrei no curso de Gestão Ambiental no ano de 2009, ouvi falar em uma das apresentações do reitor Valdo José Cavallet aos calouros sobre um projeto político pedagógico diferencial, formado a partir de três eixos que são: os Fundamentos Teóricos Práticos (FTP's), Projetos de Aprendizagem (PA's) e a interações culturais humanísticas (ICH).

Até então não havia compreendido o que vinha a ser o tal de "ICH". Após algumas reuniões em baixo da tenda onde eram organizadas as atividades e a formalização da ideia pelos alunos do mesmo de curso de Gestão Ambiental, o trabalho veio tomando forma, com agregados de alguns cursos como: Agroecologia e Gestão e Empreendedorismo.

A primeira atividade surgiu com o nome de "ECOINTERAÇÕES" para que outros cursos pudessem também fazer parte. Tinha por objetivo formalizar o conhecimento básico de noções de acampamento, trilhas e primeiro socorros.



FIGURA 1: EQUIPE REUNIDA DO ICH ECOINTERAÇÕES, 2009.

FONTE: Acervo fotográfico, 2009.

A equipe utilizou como instrumento das atividades, o material que disponíveis no ambiente da Universidade e comprados com a aquisição de uma "vaquinha" para a construção de um abrigo no próprio campus, como folhas de bananeira, bambu,

cordas e cipó. As saídas a campo foram realizadas próximas à universidade como o Morro do Boi e contribuíram também, como parte da atividade do FTP de reconhecimento do Litoral.



FIGURA 2: SAÍDA DA ATIVIDADE DE ICH NO MORRO DO BOI, 2009.

FONTE: Acervo fotográfico, 2009.

Outras ações que contribuíram para o processo de aprendizagem foi a oficina de primeiros socorros ministrada por um Bombeiro, aluno do curso de Fisioterapia.



FIGURA 3: OFICINA DE PRIMEIROS SOCORROS.

FONTE: Acervo fotográfico, 2009.

Com o surgimento da pandemia da gripe suína H1N1 em 2009 as atividades foram suspensas, o que implicou na continuidade dos exercícios do ICH de Ecointerações.

Em 2010 com o retorno as aulas, outros ICH's foram formalizados e tomando forma, como a atividade de lutas, "BOXE". Que tinha por objetivo melhorar o condicionamento físico dos participantes.

Devido às ocorrências de enchentes e deslizamentos no litoral do Paraná provocados em março de 2011, surgiu a demanda do ICH Catástrofes Ambientais com o intuito de levantar informações das áreas afetadas e susceptíveis a novos deslizamentos. Essa atividade também resultou na participação da I Reunião Técnica: Medidas Preventivas, Corretivas e de Recuperação Ambiental em deslizamento de Encostas em Enchentes, com a participação dos órgãos públicos municipais e atores sociais, ao qual foi realizado em Antonina.

No segundo semestre de 2011 surgiu a atividade de ICH de Escalada ministrado por um formando em Gestão Ambiental e a professora Ana Josefina ambos com conhecimento sobre o assunto ao qual promoveu a participação de alunos de diversos cursos.



FIGURA 4. GRUPO DE ICH DE ESCALADA. MORRO DO ANHANGAVA, QUATRO BARRAS – PR, 2012.

FONTE: Acervo fotográfico, 2011.

No 1º semestre de 2012 se deu preferência pela continuidade do ICH de BOXE, tendo a participação de novos integrantes de diversos cursos, sendo ministrado por um professor de lutas e aluno do curso de Gestão Ambiental.

No segundo semestre do mesmo ano, foi realizado o ICH de Saúde e Ambiente, ministrados pelas professoras Livia e Maria da Graça onde os envolvidos trouxeram índices municipais de doenças provocadas pela falta de saneamento básico.

Em 2013, foi solicitado pelos alunos de Gestão Ambiental 2009 a criação de uma atividade que contribuísse com os módulos vivenciados nesse período, onde se deu a criação do ICH de Boas Práticas Socioambientais. O ICH teve a participação dos alunos dos diversos anos do curso de Gestão Ambiental, onde se teve ideia, da criação de uma cartilha com as Boas Práticas pesquisadas em diversas partes do Brasil.



FIGURA 5: PARTICIPANTES DO ICH DE BOAS PRÁTICAS. RESERVA ECOLÓGICA VOLTA VELHA. ITAPOÁ –SC, 2013.

FONTE: Acervo fotográfico, 2013.

Ao final de cada evento os grupos puderam apresentar seus produtos vivenciados nos ICH's no Festival de Interações Culturais e Humanísticas (FICH), promovendo um espaço de reflexão das diversas atividades propostas ao final de cada semestre.

MEMORIAL VIVÊNCIAS

As atividades práticas desenvolvidas no período do curso se iniciaram a partir do estágio vivenciado na Secretaria de Meio Ambiente (SEMMA) de Paranaguá no ano de 2010. As atividades desenvolvidas nesse órgão foram amplas, trazendo oportunidade de aprendizado profissional e organização do Setor Público. Fazendo parte do setor da fiscalização tive a oportunidade de acompanhar e de contribuir com a identificação dos terrenos baldios, aos quais esses locais são alvos de descarte de diversos tipos de lixo, acumulando mau cheiro, pragas e doenças. A realização do trabalho era desenvolvida em campo e administrativo onde eram identificados os terrenos baldios através de croquis e arquivo fotográfico, depois realizado a busca dos proprietários através de um banco de dados e por fim repassados as notificações para que os mesmos tomassem as devidas providências.

O órgão da SEMMA subdivide-se em vários outros setores e entre eles também fica a parte da Educação Ambiental onde esta em alguns momentos desenvolveu parcerias com os membros do setor da fiscalização onde foram desenvolvidas ações de conscientização ambiental sobre a coleta seletiva para materiais recicláveis, óleo de cozinha usado para ser destinado á usina de biocombustível da prefeitura as doenças transmitidas pelo pombo.



FIGURA 1: EQUIPE DA SEMMA E SECRETÁRIO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE RASKA RODRIGUES.

FONTE: Acervo fotográfico, 2011.

Na Semana do Meio Ambiente, realizada entre os dias 5 e 9 de junho, as equipes da educação ambiental e fiscalização se reúnem com seus membros para receber os visitantes onde são repassadas informações sobre as datas e locais da coleta de lixo, conscientização ambiental das crianças e também feita a doação de mudas nativas para toda a sociedade.

Depois do término do contrato por um período de dois anos na SEMMA, o Programa Farinheiras abriu seleção para bolsistas ao qual fui aprovado e comecei as atividades em março de 2012.

O Programa Farinheiras tem por objetivo promover ações com pequenos produtores de Farinha de Mandioca no Litoral do Paraná, com o propósito de garantir a permanência no campo, fortalecer a cultura local, desenvolvendo mecanismos que diminuam a dificuldade do produtor rural e que facilitem o acesso aos nichos de mercado, articulando desse modo ensino pesquisa e extensão.

Durante o período de vivências no programa, conheci os quatro projetos que eram desenvolvidos numa espécie de guarda chuva onde contemplam: Processos Agroecológicos, Mercado, Gestão e Organização e Cultura.

O programa desenvolve suas ações a partir das reuniões com associações dos pequenos produtores de Potinga e Açungui ambas situadas da região de Guaraqueçaba. A partir das reuniões realizadas cada projeto atua de acordo com necessidades e demandas evidenciadas.

Com o decorrer do tempo, fui me envolvendo com o projeto Processos Agroecológicos ao qual tem por objetivo estimular práticas sustentáveis e de acordo com a legislação ambiental a produção da mandioca, além de promover melhorias na qualidade do solo com técnicas de adubação e manejo dos resíduos orgânicos gerados no sistema de produção.

O projeto também busca consolidar as parcerias existentes com órgãos ambientais estaduais e formalizar outras, além de fomentar e organizar mutirões no plantio de mandioca, valorizando processos com maiores interações entre os agricultores e resgatando aspectos da cultura local.

Dentro das atividades desenvolvidas se destaca a realização de um dia de campo no dia 20 de junho de 2012 na comunidade de Açungui com parceria do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR. O encontro teve a participação da comunidade de Potinga, e teve como objetivo melhorar o conhecimento sobre o plantio envolvendo a troca de experiências no cultivo e na produção da mandioca entre os agricultores, bolsistas e os técnicos.



FIGURA 2: DIA DE CAMPO REALIZADO EM AÇUNGUI COM A PARCERIA DO ÓRGÃO DE EXTENSÃO RURAL – IAPAR.

FONTE: Acervo fotográfico, 2012.

Na questão da produção, o projeto esta realizando experiências com 3 tipos de adubação orgânica em duas propriedades selecionadas, com o intuito de otimizar e melhorar as ramas de mandioca.



FIGURA 3: EXPERIMENTO DE ADUBAÇÃO EM UMA DAS PROPRIEDADES DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA FARINHEIRAS.

FONTE: Acervo fotográfico, 2012.

Com o melhoramento da produção, o projeto está desenvolvendo pesquisas na parte de certificação de produtos orgânicos, ao qual poderá agregar maior valor e credibilidade a farinha de mandioca, aumentando a renda dos produtores e melhorando a qualidade de vida dos mesmos.

Os produtores enfrentam grandes dificuldades pela legislação ambiental, por estarem inseridos em Área de Proteção Ambiental – APA, e ter seu espaço de produção limitado, contribuindo desta maneira para a ausência de nutrientes no solo, baseado em plantio em cima de plantio no mesmo espaço sem que haja um descanso da terra. Nesse sentido há uma necessidade de intervenção por parte do programa que contribua no melhoramento do solo desgastado com o tempo.

Os agricultores possuem o conhecimento prático do cultivo que foi desenvolvido e passado ao longo das gerações. Muito se aprende em conversas sobre conhecimentos específicos como as práticas de manejo e em conhecimentos gerais sobre a natureza e valores morais.

Do ponto de vista positivo, as ações realizadas têm resultado em comunidades mais autônomas e independentes com o conhecimento tradicionais e técnicos fazendo que a produção de farinha deixe de ser um Hobby e seja um atrativo comercial gerando renda para as famílias e resgatando a cultura local.

As atividades desenvolvidas contemplam a autonomia dos estudantes, ao qual devido às ações são realizadas publicações em artigos convertendo em ganhos acadêmicos como pesquisa científica além de participação de eventos e seminários. Por outro lado há uma experiência de uma realidade local baseada em conflitos, potencialidade e sonhos.

MEMORIAL PROJETO DE APRENDIZAGEM

Quando iniciei os estudos em Gestão Ambiental conheci através de conversas o colega de classe Gustavo Machado que tinha as mesmas afinidades e resolvemos montar uma dupla para o Projeto de Aprendizagem com o título de Biodiversidade na areia da praia de Caiobá – Matinhos, que tinha por objetivos estudar os organismos e os impactos provocados pelos turistas na temporada sobre o ambiente da praia e dos animais que ali vivem.

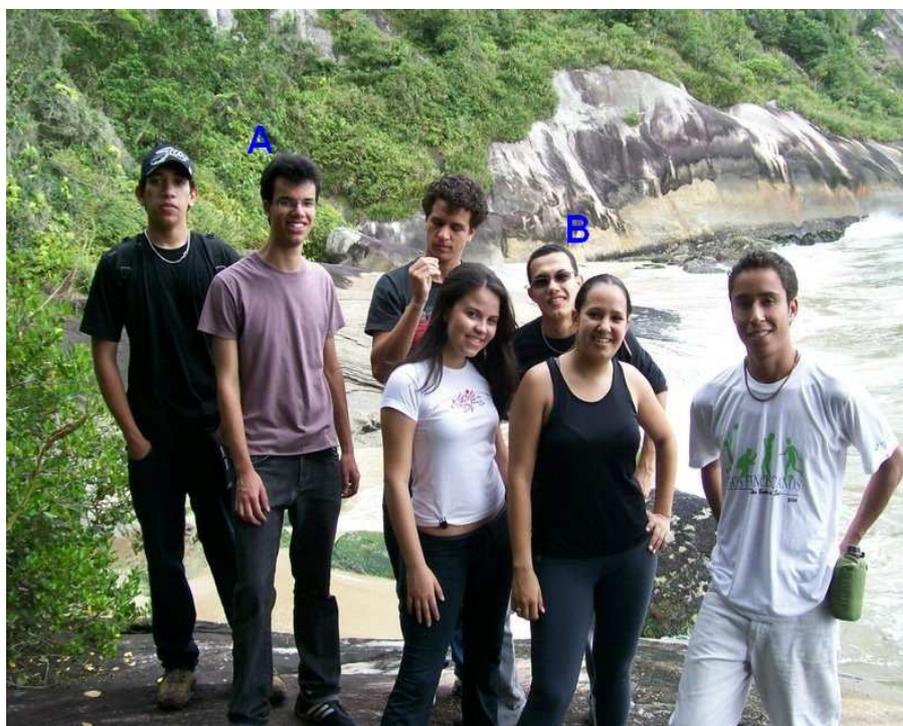


FIGURA1: 1ª DUPLA DO PROJETO DE APRENDIZAGEM. A – GUSTAVO MACHADO, B – BRUNO PAIFER.

FONTE: Acervo fotográfico, 2011.

Como questão do destino, Gustavo mudou de curso para Engenharia Elétrica.

Em outro período, conversando com a colega de classe Natalie Martins, descobrimos que tínhamos a mesma familiaridade em relação com os ambientes marinho, ela por praticar surf eu por ter servido a Marinha.

Nesse sentido demos por início a outro projeto, que teve como mediador, o professor Luiz Fernando de Carli Lautert. Com o decorrer do tempo passamos a mediar com o professor Rangel Angelotti, devido ao seu módulo sobre ambientes costeiros que trouxeram uma carga maior de conhecimentos sobre a área de estudos.



FIGURA 2: Confraternização da turma de Gestão Ambiental 2009, eu e Nathalie.

FONTE: Acervo fotográfico, 2013.

Ao passar do tempo, descobrimos que tínhamos focos de estudos diferentes, resolvemos então separar a dupla e cada um seguiu seu caminho com a idealização do seu PA.

Com foco na poluição dos ambientes marinhos e querendo ser “O Salvador da Pátria” segui em frente com o projeto quando deparei com uma realidade totalmente ainda despercebida. Em um dado momento das férias da UFPR, a convite da minha avó resolvi passar alguns dias na Ponta Oeste – Ilha do Mel, onde lá se encontra uma comunidade de pescadores artesanais onde diversos fatores externos influenciam essa comunidade. Nesse sentido visto que o foco anterior estava muito abrangente resolvi mudar o título do projeto para “Implicações Socioambientais das Atividades Portuária na Baía de Paranaguá sobre a Comunidade Pesqueira da Ponta Oeste – Ilha do Mel, Paranaguá-Pr”. Ai então comecei a pesquisar assuntos relacionados a poluição da Baía de Paranaguá pela atividade portuária me deparando com uma infinidades de informações que poucos tinham a me contemplar com a área de estudo. Participando de alguns encontros como o “I Seminário de Diálogos de Saberes no Litoral do Paraná realizado pela UFPR e o Encontro das Comunidades pelo Grupo MOTIRÕ” pude conhecer um pouco mais sobre a realidade da comunidade e os conflitos que interferem a sua atividade além das diversas outras comunidades que enfrentam dificuldade. Diante dessa situação os estudos foram se completando junto das vivencias proporcionadas pelo Programa Farinheiras chegando ao foco central da temática a ser trabalhada.